



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP CAV RAPHAEL PEREIRA MIRANDA**

**EMPREGO DO 14º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS  
OPERAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA E SEU INTERCÂMBIO COM OUTRAS  
AGÊNCIAS**

**Rio de Janeiro  
2017**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP CAV RAPHAEL PEREIRA MIRANDA**

**EMPREGO DO 14º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS  
OPERAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA E SEU INTERCÂMBIO COM  
OUTRAS AGÊNCIAS**

Trabalho acadêmico apresentado à  
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,  
como requisito para a especialização  
em Ciências Militares com ênfase em  
Gestão Organizacional

**Rio de Janeiro  
2017**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEx - DESMii  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Cav RAPHAEL PEREIRA MIRANDA**

Título: **EMPREGO DO 14º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA E SEU INTERCÂMBIO COM OUTRAS AGÊNCIAS.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ CONCEITO:

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>Luciano Larri Chamorra Quevedo - TC</b> Cmt Curso e Presidente da Comissão	
<b>Elton Padilha Torres - Cap</b> 1º Membro	
<b>Matheus Pacheco do Nascimento - Cap</b> 2º Membro e Orientador	

**RAPHAEL PEREIRA MIRANDA – Cap**  
Aluno

# EMPREGO DO 14º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA E SEU INTERCÂMBIO COM OUTRAS AGÊNCIAS

Raphael Pereira Miranda\*  
Matheus Pacheco do Nascimento\*\*

## RESUMO

O presente artigo científico tem por finalidade abordar como o 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado pode explorar melhor o intercâmbio com outros órgãos governamentais nas operações em ambiente interagências em Ações Subsidiárias e Operações de Garantia da Lei e da Ordem na faixa de fronteira oeste Brasil-Argentina, do estado de Santa Catarina. As Operações Interagências exponenciam a capacidade de coibir a ocorrência de crimes na faixa de fronteira, dando condições ao Brasil de manter o controle de entrada e saída de pessoal e material dos 17 mil quilômetros de fronteira com 10 países sul-americanos vizinhos, envolvendo diversos ministérios e agências, nas esferas do poder federal, estadual e municipal. As Operações ÁGATA e FRONTEIRA SUL, realizadas na área de operações do Regimento, permitiram a interação das Forças Armadas com os órgãos de segurança pública, atendendo o inciso I, Art. 2º do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, de acordo com o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. A revisão da literatura mostrou que a região estudada é motivo de conflito desde o final do século XIX, ao se tratar dos limites territoriais entre os países beligerantes, Brasil e Argentina, ascendendo, no presente, para os crimes decorrentes desta região. A metodologia aplicada privilegiou-se de análises de documentos bem como entrevistas e questionários respondidos por militares, que participaram das operações supracitadas, para entender como o 14º RC Mec poderia explorar melhor suas capacidades no trabalho com outros órgãos governamentais nas operações em ambiente interagências. A conclusão do estudo ampliou entendimento sobre o intercâmbio de instruções entre o 14º RC Mec e órgãos governamentais como forma de aumentar a interoperabilidade em operações militares na faixa de fronteira bem como a capacitação de militares para emprego em combate aos crimes transfronteiriços.

**Palavras-chave:** Interagência. Intercâmbio. Crimes transfronteiriços. Segurança. Fronteira.

## ABSTRACT

The present scientific article aims to address how the 14th RC Mec can better explore the exchange with other government agencies in operations in the interagency environment in Subsidiary Shares and Law and Order Assurance Operations in the border region of Brazil-Argentina, in the state of Santa Catarina. Interagency Operations expose the ability to curb the occurrence of crimes in the border area, giving Brazil conditions to maintain control of the entry and exit of personnel and material from the 17,000 km frontier with 10 neighboring South American countries, involving several ministries and Agencies, in the spheres of federal, state and municipal power. ÁGATA and FRONTEIRA SUL Operations, carried out in the area of operations of the Regiment, allowed the Armed Forces to interact with the public security organs, taking into the item I, Art. 2 of the Integrated Border Protection Program, in accordance with Decree nº 8.903 of November 16, 2016. The literature review has shown that the region studied has been a source of conflict since the end of the 19th century, when the territorial boundaries between the belligerent countries, Brazil and Argentina, rising, at present, to the crimes arising from this region. The applied methodology focused on analysis of documents as well as interviews and questionnaires answered by military who participated in the above operations to understand how the 14th RC Mec could better exploit its capabilities in working with other government agencies in the Operations in an interagency environment. The conclusion of the study has broadened understanding on the exchange of instructions between the 14th RC Mec and government agencies as a way to increase interoperability in border border military operations as well as the training of military personnel for employment in combating cross-border crime.

**Keywords:** Interagency. Exchange. Cross-border crimes. Safety. Border.

---

\* Capitão da Arma de Cavalaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2017.

\*\* Capitão da Arma de Cavalaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2014.

## 1 INTRODUÇÃO

É notório que o ambiente operacional, onde se desenvolve os conflitos armados, está em uma transformação constante, acompanhando a evolução da sociedade no campo político, econômico e tecnológico, interferindo diretamente no poder entre os Estados. O resultado disso é a instabilidade situacional, criando “conflitos locais e regionais com características distintas do passado e insere novos atores no contexto dos conflitos” (BRASIL, 2013). A revolução da “Era do Conhecimento” nos trouxe inovações tecnológicas que influenciaram a natureza dos conflitos atuais, logo se observa mudança direta na forma política que os Estados se relacionam bem como enfrentam suas ameaças.

Ainda assim, a guerra não desapareceu, a solução dos problemas dos Estados permanece marcada também com a possibilidade do emprego da violência, como instrumento de coerção, proteção ou assistência. A arte da guerra, porém, depara-se com novos desafios e complexidades, potencializados pela facilidade de acesso às novas tecnologias, pela socialização da Internet, pelo surgimento das redes sociais e pela atuação da mídia. A participação do vetor militar ficou mais complexa, por ocorrer em ambientes com a presença da população civil, concentrada em núcleos urbanos, o que reduz a possibilidade de identificar o oponente, requerendo novas capacidades de combate para evitar efeitos colaterais. (BRASIL, 2013, p. 2-1)

Podemos destacar como características principais dos conflitos atuais os seguintes tópicos, evidenciados na página 2-1 do manual EB20-MC-10.201 OPERAÇÕES EM AMBIENTES INTERAGÊNCIAS:

- a) aproximação dos níveis decisórios;
- b) prolongamento dos conflitos ao longo do tempo;
- c) presença massiva dos meios de comunicação, influenciando em decisões políticas;
- d) opinião pública relevante no destino dos conflitos;
- e) presença de Órgãos Não Governamentais nos conflitos; e
- f) combate urbano com presença de civis.

Uma análise pormenorizada sobre o ambiente operacional interagências, permite compreender as tendências estratégicas neste contexto, o qual mescla forças convencionais e irregulares, militares e civis, destruição da matéria e guerra da informação que os tornam intrinsecamente relacionados uns aos outros. A combinação de capacidades de Comando e Controle com Inteligência, apoiadas pelo crescente avanço na tecnologia da informação, propiciou as forças regulares obterem uma melhor consciência situacional, permitindo o monitoramento de regiões críticas tomadas pelo crime. A possibilidade do alcance a armamentos modernos e

comunicações avançadas através do tráfico, antes mantidas sobre completo domínio de forças do governo, hoje mantém grupos não estatais capazes de se organizar, coordenar e executar ações contra governos e população, criando as ameaças do combate irregular. Capacidades tipicamente militares também assumem responsabilidades neste novo ambiente operacional, tais como: Assuntos Cívicos, Cooperação Cívico Militar e Assistência Humanitária.

Observando os fatos históricos estudados pela Senhora Maristela Ferrari, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, escriturado e apresentado nos “Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina”, ocorrido no período de 20 a 26 de março de 2005 na Universidade de São Paulo, entendemos que a faixa de fronteira do estado de Santa Catarina era área de litígio pelo fato da demarcação de suas terras não estarem totalmente definidas, que originou diversos conflitos políticos entre Brasil e Argentina até o final do século XIX. Dentre eles podemos destacar o Tratado de Montevideú, de 25 de janeiro de 1890, assinado pelo então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Quintino Bocaiúva, e pelo então Chanceler argentino Estanislau Zeballos, porém o referido tratado não atendeu as expectativas do governo brasileiro, tornando-se sem efeito a partir de 10 de agosto de 1891, através de uma Comissão Especial eleita pelo Congresso Brasileiro. A fim de dirimir desavenças entre os dois povos em questão, o Congresso Nacional se submeteu a decisão do presidente norte americano da época, Grover Cleveland, que definiu que os dois países levantassem informações necessárias para concluir seus objetivos sobre a delimitação de suas fronteiras. Dessa forma, o então presidente americano Cleveland arbitrou, através de um laudo em 5 de fevereiro de 1895, a limitação da fronteira Brasil - Argentina pelo Rio Peperi Guassu e Rio Santo Antônio, a qual está estabelecida até os tempos atuais.

Desde 2011, com a criação do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), revogado pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), o Governo brasileiro vem intensificando as operações em suas fronteiras terrestres, com a finalidade de coibir a ocorrência de ilícitos transfronteiriços de toda ordem. O PPIF tem como diretriz a atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, nos termos da legislação vigente bem como a cooperação e integração com os países vizinhos. As fronteiras com os dez países sul-americanos vizinhos ao Brasil vêm sendo palco de ações envolvendo

diversos ministérios e agências, nas esferas dos poderes federal, estadual e municipal. Dentro do conceito de segurança de nossa fronteira, vê-se de suma importância a implementação do SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) que é um ramo de extrema importância dentro do PPIF, um sistema inovador, pois trabalha com o conceito de vigilância constante.

Os conflitos atuais determinaram o surgimento de novas ideias de emprego militar e projeção de poder. Os Assuntos Cívicos, a Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e, mais recentemente, as Operações Interagências representam etapas desse processo de evolução doutrinária, decorrentes de ensinamentos e experiências das Forças Singulares.

As Operações Interagências são fortemente empregadas na faixa de fronteira para coibir a ocorrência de crimes transfronteiriços. O Brasil tem a necessidade de manter o controle de entrada e saída de pessoal e material dos 17 mil quilômetros de fronteira com 10 países sul-americanos vizinhos, envolvendo diversos ministérios e agências, nas esferas do poder federal, estadual e municipal.

Operações Interagências consistem na interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2013, p.1-2)

O presidente Michel Temer enfatizou em seu discurso na Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, em 16 de novembro de 2016, a necessidade de unir os diversos órgãos de segurança pública, agências e Forças Armadas para atuarem em conjunto nas operações na área de fronteira do Brasil a fim de prevenir e combater a crimes transnacionais, com ênfase na apreensão de drogas e armamentos provenientes do tráfico internacional.

Aliás, devo registrar que no passado, ainda como vice-presidente, coordenei por um longo período a questão das fronteiras em que vigoravam duas operações: uma operação chamada Ágata, das Forças Armadas, portanto do Ministério da Defesa; e uma operação Sentinela, do ministro da Justiça. E naquela oportunidade eu me lembro que, embora fizéssemos as operações episodicamente, não era a todo instante, por todo o tempo que se fazia a operação, mas tinha um resultado extraordinário, senhores ministros, porque na verdade juntavam-se todos os órgãos vinculados direta ou indiretamente à segurança pública, tal como a Receita Federal, tal como a Polícia Rodoviária Federal, tal como a Polícia Federal e as próprias secretarias de segurança dos estados. E isso numa conexão muito grande, muito intensa com as figuras, os elementos de segurança dos países vizinhos. (TEMER, 2016)

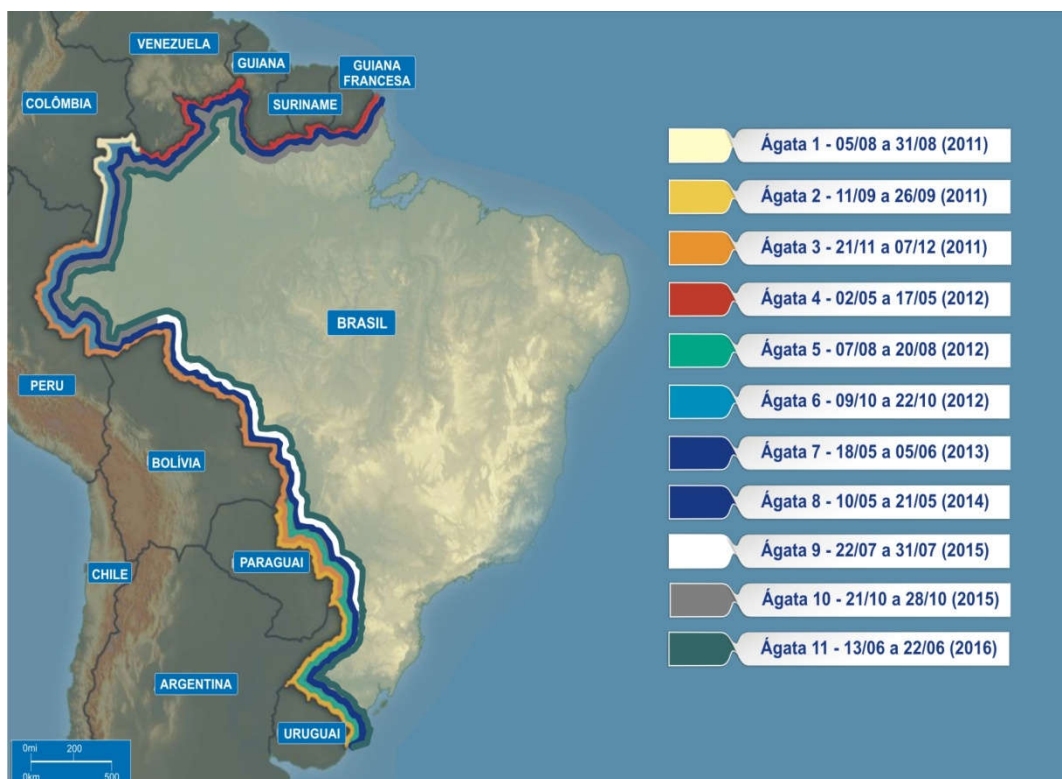


Figura 1. Histórico Operação ÁGATA

Fonte: <http://www.abin.gov.br/atuacao/areas-prioritarias/seguranca-das-fronteiras/>

O Regimento Lanceiros do Ponche Verde participa da Operação ÁGATA e da Operação FRONTEIRA SUL, colaborando com a 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, sede em Florianópolis – SC, na sua missão de coibir crimes internacionais, como contrabando e descaminho bem como adestrar seus militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Tem por finalidade o combate aos ilícitos na faixa de fronteira do país e o fortalecimento da presença do Estado Brasileiro ao longo dessa área, possibilitando uma maior abrangência da fiscalização a partir do trabalho em conjunto com os órgãos de Segurança Pública, dominando e controlando todas as vias principais e secundárias de escoamento da faixa de fronteira Brasil – Argentina do estado de Santa Catarina. A sua última edição da Operação ÁGATA ocorrida no ano de 2016, a Operação ÁGATA 11, o 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado contou com o apoio dos seguintes órgãos governamentais: Departamento da Polícia Federal, Receita Federal do Brasil, Departamento da Polícia Rodoviária Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, Ministério Público de Santa Catarina, Fiscalização da Fazenda Estadual de Santa Catarina, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (CIDASC), Força Nacional de Segurança Pública, Agência Nacional do Petróleo e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).



A região em estudo faz parte da Área de Operações do 14º RC Mec, que estabelece limite W a fronteira terrestre entre Brasil–Argentina, de aproximadamente 243 quilômetros de extensão, considerando o deslocamento pelo leito do Rio PEPERI-GUAÇU, limite N a divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná na região da localidade de Dionízio Cerqueira - SC, limite S entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na região da localidade de Itapiranga-SC e limite E a linha Norte–Sul compreendida entre as cidades catarinenses de Hercilópolis–Joaçaba–Piratuba, situada a 350 quilômetros da fronteira do estado com o país vizinho acima mencionado.

A zona de ação do Regimento é rota de passagem de ilícitos que demandam ao estado do Rio Grande do Sul, como o contrabando de mercadorias ilegais (eletrônicos, cigarros, fertilizantes e etc), inclusive o tráfico de drogas, armas e munições. Estima-se que o fluxo dos ilícitos destina-se a abastecer os mercados consumidores do RS e, alternativamente, serve como rota para o transporte de produtos para a região Sudeste.

Por suas características, a área torna-se suscetível à prática de ilícitos transnacionais e ambientais por facções criminosas favoráveis ao descaminho, ao contrabando de produtos diversos, principalmente de produtos agrotóxicos, madeira, gado, produtos agrícolas, vinhos, pneus, munições, combustíveis e a saída de veículos furtados do Brasil e ao tráfico de drogas.

Além do contrabando e descaminho de mercadorias, um dos principais crimes da região é a evasão de divisas e a sonegação fiscal por meio de empresas “fantasmas” que realizam transações comerciais e, ao final do ano, não recolhem os tributos sobre o faturamento. A sonegação também é feita através da utilização da mesma nota para transporte de carregamentos diferentes.

## 1.1 PROBLEMA

É de conhecimento geral que a faixa de fronteira do Brasil é uma limitação do terreno que tem caráter essencial para a defesa do território nacional, amparada pelo §2, artigo 9º da Constituição Federal. Através desse limite territorial é possível obter uma maior integração econômica, política, social e cultural entre os países vizinhos.

Cabe ressaltar que as operações em ambiente interagências vêm sendo empregadas com grande frequência nos últimos anos, a fim de prevenir e combater a ocorrência de ilícitos transfronteiriços com os países vizinhos da América do Sul,

inclusive o Regimento Lanceiros do Ponche Verde participa das duas principais operações, na faixa de fronteira Brasil - Argentina, dentro do território nacional: Operação ÁGATA e Operação FRONTEIRA SUL.

Dessa forma, é importante verificar como o 14º RC Mec poderá aprimorar a competência técnico-profissional de seus militares no combate aos delitos na faixa de fronteira, uma vez que este tipo de atividade se torna cada vez mais intensificada de acordo com os projetos estratégicos da Força Terrestre.

A problemática da pesquisa que se segue, procura-se entender: como o 14º RC Mec, unidade isolada na fronteira oeste do estado de Santa Catarina, poderá explorar melhor o intercâmbio com outros órgãos governamentais nas operações em ambiente interagências, para emprego da tropa em Ações Subsidiárias e Operações de Garantia da Lei e da Ordem na faixa de fronteira?

## 1.2 OBJETIVOS

A fim de determinar como o 14º RC Mec pode aumentar sua operacionalidade, no intercâmbio com outras agências, quanto ao preparo e emprego de militares no combate a ilícitos transfronteiriços, o presente estudo pretende verificar como o Regimento Lanceiros do Ponche Verde poderá explorar melhor o intercâmbio com outros órgãos governamentais nas operações em ambiente interagências.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Citar o emprego das operações interagências no combate a ilícitos transfronteiriços na zona de ação do 14º RC Mec;
- b) Identificar o ambiente operacional do oeste catarinense, de acordo com as características dos conflitos contemporâneos;
- c) Apresentar a composição de meios do 14º RC Mec e das agências para o emprego em operações na sua zona de ação;
- d) Analisar como o 14º RC Mec pode exponenciar sua capacidade operativa, em conjunto com outros órgãos governamentais nas operações em ambiente interagências, para a evolução da capacidade técnico-profissional dos militares; e
- e) Concluir sobre a atuação do 14º RC Mec em conjunto com outros órgãos governamentais nas operações em ambiente interagências e como explorar melhor

o intercâmbio entre os mesmos como meio de aprimoramento no preparo e emprego da tropa no combate aos crimes transfronteiriços.

### 1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O emprego da tropa nas operações em ambiente interagências intensificou-se após a criação do Plano Estratégico de Fronteiras, em 2011, revogado pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), sendo fortalecida com a implementação do SISFRON, tornando-se evidentemente necessária para a prevenção e repressão de crimes nesta área tão vulnerável do território brasileiro, por intermédio da sua integração com as Forças Armadas e outras agências tais como os Órgãos Governamentais e Estados da Federação na Defesa Nacional.

É nesse contexto que o 14º RC Mec sentiu a necessidade de aprimorar o seu preparo e emprego da tropa na faixa de fronteira a fim de estar melhor capacitada para atuar no combate aos ilícitos transfronteiriços dentro da sua área de operações. O trabalho dos militares causa impacto direto na população de São Miguel do Oeste - SC e municípios tributários ao Regimento, dando a essa parcela da sociedade catarinense uma sensação de segurança, pelo fato de empregar todo o poder militar, dessa Unidade Militar, nesse tipo de atividade. Este trabalho visa evidenciar as apreensões realizadas pelos militares do Regimento Lanceiros do Ponche Verde na Operação ÁGATA 11, em conjunto com os órgãos governamentais da região, nas operações interagências, a fim de verificar a importância da união de forças no combate à ilícitos na região limítrofe entre Brasil e Argentina no estado de Santa Catarina.

Podemos observar que o ambiente de atuação interagências vem se apresentando eficaz na complexa missão do combate aos crimes transfronteiriços, tendo em vista que as diversas operações planejadas, tanto pelo Ministério da Defesa quanto pelo Exército Brasileiro, vêm obtendo sucesso nas apreensões realizadas, mesmo com orçamentos reduzidos gradativamente no investimento em segurança nas fronteiras a partir de 2011, conforme apresentadas em dados de relatórios oficiais expostos neste trabalho.

Sob esse prisma, a pesquisa apresenta relevância, uma vez que o estado da arte revela autores dedicados ao estudo do presente tema, podendo citar, dentre outros autores, Cropper et. Cl. (2008), Teixeira e Ouverney (2007), Dias (2010), Alves e Pereira (2010), Raza (2012), Araújo (2013) e Rodrigues (2013).

Pretende-se que a pesquisa sirva de instrumento para sua discussão, colaborando na formação de relações mais cooperativas entre as Forças Armadas e agências públicas e/ou privadas no combate aos crimes transfronteiriços.

## **2 METODOLOGIA**

Visando buscar uma solução para o problema apresentado, esse trabalho se definiu através da pesquisa qualitativa, uma vez que se privilegia de relatos e análises de documentos para compreender a atuação do 14º RC Mec, em conjunto com outros órgãos governamentais nas operações em ambiente interagências. Seguindo a taxionomia de Vergara (2008), essa pesquisa será bibliográfica e documental. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos relacionados aos conflitos transfronteiriços na faixa de fronteira Brasil – Argentina do estado de Santa Catarina e, documental, porque serão utilizados documentos de trabalhos e relatórios do MD e do EB, não disponíveis para consultas públicas.

O universo deste trabalho deverá ser todo o 14º RC Mec, além das agências governamentais e associações privadas que cooperam em operações de combate aos crimes transfronteiriços. A amostra terá como elemento principal a Operação ÁGATA 11 e Operação FRONTEIRA SUL, por terem sido as operações interagências, realizada recentemente e com grande número de entidades públicas e privadas participantes na Área de Operações do Regimento Lanceiros do Ponche Verde, com foco no combate aos delitos na faixa de fronteira.

O presente trabalho será feito com base em uma pesquisa bibliográfica na literatura existente com dados pertinentes a ocorrência do preparo e emprego da tropa nas operações interagências. Nessa oportunidade será verificado como o 14º RC Mec poderá aumentar a competência técnico-profissional (execução com correção das tarefas da função exercida, oportuno assessoramento aos superiores na seleção de linhas de ação e emprego correto de conceitos técnicos) de seus militares no intercâmbio com outras agências, visando uma melhor preparação para atuação do efetivo do Exército nas operações de Garantia da Lei e da Ordem ou Ações Subsidiárias na região fronteira.

As conclusões decorrentes das pesquisas bibliográficas e documental permitiram apresentar reflexões sobre o emprego das operações interagências, consolidando as Operações em Ambiente Interagências como meio eficaz do Estado brasileiro no combate aos delitos transfronteiriços.

Em decorrência da natureza do problema dessa pesquisa, será escolhida a abordagem fenomenológica, a qual privilegia procedimentos qualitativos de pesquisa.

Será empregada a análise de conteúdo, que, para Vergara (2008, p. 15), é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Assim, foram identificados os fundamentos e o estágio atual do desenvolvimento da doutrina do preparo e emprego das operações interagências. A unidade de análise será o parágrafo e a análise será apoiada em procedimentos interpretativos.

## 2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa com a definição da faixa de fronteira Brasil – Argentina do estado de Santa Catarina, desde o início das tratativas para delimitação deste espaço, a fim de ambientar sobre os conflitos transfronteiriços ocorridos no final do século XIX. Essa delimitação baseou-se na necessidade de decretar as áreas limítrofes entre os dois países e dirimir possibilidades de conflitos por problemas territoriais.

Faz-se necessário tomar ciência sobre o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), de acordo com o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, com o qual o Governo Brasileiro vem intensificando as operações em suas fronteiras terrestres, com a finalidade de coibir a ocorrência de ilícitos transfronteiriços de toda ordem. Verificou-se, também, a necessidade de observar a forma de preparo e emprego dos militares do 14º RC Mec para as operações de garantia da lei e da ordem bem como as ações subsidiárias.

A presente pesquisa teve a intenção de analisar a importância do intercâmbio entre as Forças Armadas e Agências durante o ambiente de operações interagências como instrumento eficaz no preparo e emprego da tropa federal no combate ao tráfico internacional de drogas nas regiões de fronteira do Brasil. Segundo Hura (2000, p.12 apud PEREIRA, 2016, p. 14) “Além disso, os benefícios da interoperabilidade nos níveis operacional e tático são derivados da fungibilidade ou permutabilidade de elementos e unidades de força”.

A pesquisa buscou referenciais no trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (JULLIAN, 2015), no trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (LUZ, 2012) e na dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

(PEREIRA, 2016)

Desta maneira, esta obra tem a intenção de analisar as operações interagências sob as vistas de elencar possibilidades e vantagens para o preparo e emprego da tropa federal em ações subsidiárias na faixa de fronteira, com ênfase no resultado final das Operações ÁGATA 11 e FRONTEIRA SUL, buscando consolidar que o intercâmbio de instruções entre os participantes promove meios eficazes no combate ao tráfico internacional de drogas.

Realizou-se uma busca de peças na biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo selecionados apenas os artigos em português. O sistema de busca foi complementado pela coleta manual de relatórios de exercícios militares, mídias que trataram sobre o assunto da Operação ÁGATA e Operação FRONTEIRA SUL na Área de Operações do 14º RC Mec bem como de manuais de campanha do EB referentes ao tema.

Foram utilizadas as palavras-chave interagência, intercâmbio, crimes transfronteiriços, segurança e fronteira juntamente com seus correlatos em inglês com base de busca em sítios eletrônicos de procura na internet.

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura limitou-se as Ações Subsidiárias ocorridas na faixa de fronteira, com enfoque majoritário nas participações do 14º RC Mec nas Operações ÁGATA 11 e Operação Fronteira Sul.

### **2.1.1 Critério de inclusão**

- a) Estudos publicados relacionados operações interagências;
- b) Estudos e matérias jornalísticas de mídias locais da Área de Operações do 14º RC Mec que retratam a participação desta OM em conjunto com Órgãos Governamentais e Agências nas operações supracitadas; e
- c) Estudos qualitativos sobre as características do preparo e emprego dos militares do 14º RC Mec nas operações acima elencadas.
- d) Publicações da mídia local e internacional (veículos de informação argentinos).

### **2.1.2 Critério de exclusão**

- O estudo não contempla as ações interagências dentro de um contexto de combate convencional na faixa de fronteira.

## 2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos seguintes meios: entrevista exploratória, questionário, grupo focal e outros instrumentos.

### 2.2.1 Entrevistas

Com a finalidade de ampliar o conhecimento teórico e identificar experiências relevantes, foram realizadas entrevistas exploratórias com os seguintes especialistas, em ordem cronológica de execução:

<b>Nome</b>	<b>Justificativa</b>
VICTOR MANOEL ARRUDA DO NASICMENTO – Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação ÁGATA e FRONTEIRA SUL no 14º RC Mec
HENRIQUE ALTERMANN VERCELHESE – Cap EB	Experiência como Cmt SU na Operação ÁGATA e FRONTEIRA SUL no 14º RC Mec
EBER LEANDRO FINAMOR EMILIANO – Cap EB	Experiência como Cmt Pel na FRONTEIRA SUL no 14º RC Mec
RAFAEL SILVA ROMANI – Cap EB	Experiência como Cmt Pel na Operação ÁGATA e FRONTEIRA SUL no 14º RC Mec

**QUADRO 1 - Quadro de Especialistas participantes de Entrevistas.**

Fonte: O autor

### 2.2.2 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de oficiais e praças, oriundos do 14º RC Mec, que exercem a função de comandante de grupo de combate/pelotão/esquadrão nesta unidade militar. O universo do questionário também contemplou militares de forças auxiliares e agentes de órgãos governamentais, todos participantes das operações ÁGATA 11 e FRONTEIRA SUL 2016, que trabalharam em conjunto com militares do 14º RC Mec. O estudo foi limitado particularmente aos oficiais e praças da arma de cavalaria, oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras, CPOR de Rio Negro - PR, Escola de Sargentos das Armas e integrantes de órgãos do governo participantes das operações supracitadas, devido à sua formação mais completa e especialização para o comando das frações acima elencadas.

A amostra selecionada para responder aos questionários também foi restrita a militares que comandaram grupo de combate/pelotão/esquadrão nas Operações Ágata e Fronteira Sul, pois possuem maior contato com os indivíduos de outras agências e forças auxiliares presentes nas operações acima citadas. O escalão GC/Pel/SU foi escolhido pelo fato de seus comandantes possuírem uma formação mais aprofundada e técnica que a dos Cb e Sd e possuírem uma interação maior

com os agentes e militares das outras forças durante a execução da atividade militar, quando comparados ao EM da OM.

Dessa forma, utilizando-se dados obtidos nos relatórios das operações, a população a ser estudada foi estimada em 54 militares. A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, utilizando como parâmetros o nível de confiança igual a 90% e erro amostral de 10%. Nesse sentido, a amostra dimensionada como ideal ( $n_{ideal}$ ) foi de 31.

A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma direta (pessoalmente) para o grupo focal e indireta (e-mail) para 30 militares do 14º RC Mec, os quais atendiam os requisitos, bem como para 03 militares do 11º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina e 03 militares da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária. Houve a necessidade de invalidar 03 questionários por preenchimento incompleto.

A partir do  $n_{ideal}$  (31), depreende-se que o tamanho amostral obtido ( $n=36$ ) foi superior ao desejado para o tamanho populacional dos potenciais integrantes da amostra, viabilizando a relevância desta pesquisa, haja vista a especialização da amostra.

Foi realizado um pré-teste com 05 capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que atendiam aos pré-requisitos para integrar a amostra proposta no estudo, com a finalidade de identificar possíveis falhas no instrumento de coleta de dados. Ao final do pré-teste, não foram observados erros que justificassem alterações no questionário e, portanto, seguiram-se os demais de forma idêntica.

### **2.2.3 Grupo Focal**

Devido à natureza exploratória da investigação e finalizando a coleta de dados, foi conduzido um grupo focal, visando a debater os resultados colhidos nos questionários, com os seguintes especialistas:



<b>Nome</b>	<b>Justificativa</b>
DANIELCORREA DE FREITAS – Cap EB	Experiência como Cmt Pel em Op em conjunto com Órgãos Governamentais no 20º RCB
LEONARDO LEAO FERNANDES NISHIGUCHI – Cap EB	Experiência como Cmt Pel em Op em conjunto com Órgãos Governamentais no 20º RCB
GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA FIILHO – Cap EB	Experiência como Cmt Pel em Op em conjunto com Órgãos Governamentais no 11º RC Mec
MARCO AURELIO DE AVELAR BOLZE – Cap EB	Experiência como Adjunto do Oficial de Operações em Op em conjunto com Órgãos Governamentais no 11º RC Mec

**QUADRO 2 - Quadro de Especialistas do Grupo Focal**

Fonte: O autor

Durante a orientação do referido grupo focal, foram levantadas, como pautas, divergências entre o encontrado na literatura analisada e a percepção da amostra, obtida por intermédio dos questionários, notadamente nos seguintes aspectos:

- a) instruções a serem ministradas por agentes de órgãos governamentais e integrantes de forças auxiliares aos militares do 14º RC Mec;
- b) acréscimo de instruções no PP GLO voltadas para o conhecimento jurídico das operações interagências na faixa de fronteira;
- c) aumento da carga horária de instruções do PP GLO, na CTTEP, durante o ano de instrução, visando à manutenção do conhecimento técnico e prático.

#### **2.2.4 Outros Instrumentos**

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) promoveu um estudo, realizado no período das Operações ÁGATA de 2011 a 2014, que identificou uma relação direta entre o trabalho realizado nas fronteiras brasileiras pelos OSP/FFAA e o aumento da arrecadação pública. Foram analisadas as receitas de arrecadação dos dois principais impostos que produzem efeitos sobre os produtos importados: o Imposto de Importação (II) e o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e concluiu-se que há uma queda considerável de produtos que atravessam a fronteira por descaminho, o que ocasiona um estímulo para as compras no mercado interno. Segundo o instituto, o país deixa de arrecadar em impostos nas regiões de fronteiras cerca de R\$ 25 bilhões ao ano.

O 14º RC Mec emprega todos os seus meios disponíveis para realizar operações preventivas e repressivas na faixa de fronteira BRASIL - ARGENTINA, buscando coibir, impedir, apreender, ilícitos transfronteiriços como descaminho, contrabando, tráfico de drogas e armas em sua área de responsabilidade. Na concepção geral da sua manobra, o regimento destaca suas SU em bases fixas na sua zona de ação, visando:

- a) estabelecer/operar PBCE/PBCVU simultâneos (definidos pelo Cmdo do

Rgt) nas possíveis rotas de escoamento de ilícitos transfronteiriços e ambientais em coordenação com os OSP e de fiscalização;

b) realizar patrulhamento na faixa de fronteira e nas principais rotas de escoamento de ilícitos transfronteiriços, no interior de sua Z Aç, em Coor com os OSP e de fiscalização, visando a complementar as ações dos PBCE;

c) realizar vistorias e fiscalização de produtos controlados na faixa de fronteira, dentro de sua área de atuação, por ocasião do início das operações militares, de acordo com o planejamento da SFPC/5 (SFC). Prioritariamente nos estabelecimentos de empaiolamento de explosivos (pedreiras) e no comércio de armas de fogo e munições, utilizando os recursos já alocados no Plano de Vistoria.

Procura-se, no estabelecimento dos PBCE, que a tropa empregada atue, sempre que possível, com a presença mínima de um dos OSP ou de fiscalização estaduais e federais e, na impossibilidade da presença desses órgãos, deverá ter condições de acionar Elm OSP para que compareçam ao local do delito, de modo que as demandas judiciais e Adm sejam assumidas pelos OSP e/ou de fiscalização.

Conforme relatório da operação ÁGATA 11, o 14º RC Mec apresentou os seguintes detalhes:

**TABELA 1** - Militares do 14º RC Mec e OSP envolvidos na Operação Ágata 11.

14º RC Mec	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	S Ten	1º Sgt	2º Sgt	3º Sgt	Cb	Sd	Sd EV	Total
	1	2	-	7	7	8	5	6	21	44	77	117	183	478

OSP	PF	PRF	PRE	PM	BM	PC	RF	RE	CIDASC	ANVISA	Total
	0	11	4	10	7	4	3	1	-	2	44

Fonte: relatórios do

14º RC Mec.

**TABELA 2** - Dados sobre apreensões.

Veículos Vistoriados	
Total	17.347

Apreendidos	
Total	39

Drogas	
Total	0,012 Kg (maconha)
	0,035 Kg (cocaína)
	0,024 Kg (crack)

Fonte: relatórios do 14º RC Mec.

Foi possível verificar, através dos meios de comunicação, que veicularam a notícia de redução de 75% do investimento na Operação ÁGATA 11, uma das maiores operações de nível nacional planejada pelo Ministério da Defesa, devido a crise financeira do governo federal. O orçamento para a operação foi reduzido em 75%, sendo liberado apenas R\$ 700 mil dos R\$ 3,5 milhões previstos. Mesmo com o orçamento enxuto, as Forças Armadas mantiveram seus planejamentos de trabalho em conjunto com órgãos do governo. O Comandante do Comando Militar do Sul, General de Exército Edson Leal PUJOL assim declarou "Claro que não é o ideal, mas estamos trabalhando de forma integrada, com serviço de inteligência e acompanhamento online em tempo real, e acredito que cumpremos o objetivo" em uma reunião de coordenação da referida operação no quartel do Comando Militar do Sul, a qual foi coberta pela imprensa local e tal declaração publicada no jornal eletrônico "Diário Gaúcho" no dia 15/06/2016.

É nesse contexto que, o 14º RC Mec, representação única do Exército Brasileiro na faixa de fronteira em questão, procura atuar de forma integrada com os órgãos federais e estaduais encarregados do combate aos crimes transfronteiriços e ambientais. O Chefe do Centro Comando da Operação, Coronel Newton Bochi, enfatizou que "O maior ganho está no conhecimento adquirido, tanto do "modus operandi" e das rotas dos criminosos, quanto no aprimoramento do trabalho conjunto entre os órgãos".

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As entrevistas realizadas puderam extrair alguns tópicos relevantes para o estudo aqui apresentado. Cabe ressaltar que os entrevistados possuem experiência no comando de frações valor pelotão e subunidade do 14º RC Mec nas operações ÁGATA e FRONTEIRA SUL, dando maior credibilidade em confiabilidade nos dados colhidos. Foi verificado que 100% dos entrevistados acreditam que o intercâmbio de instruções entre as Forças Armadas e os OSP permite um aperfeiçoamento da competência técnico-profissional dos militares do 14º RC Mec e que esta prática deve ser mantida. Podemos destacar que 75% dos entrevistados alegam que a principal deficiência do preparo da tropa, para o cumprimento deste tipo de missão, é o tempo escasso para ministrar instruções voltadas para a atividade de GLO, o qual é concentrado somente no início do Período de Instrução de Qualificação e que a possibilidade de um quadro de atividades ao longo do ano poderia mitigar esse problema.

Ainda sobre as entrevistas, um dos entrevistados levantou a hipótese, visando o propósito de manutenção do conhecimento, de verificar a possibilidade de realizar, no auditório do 14º RC Mec, um simpósio com instruções voltadas para a área cognitiva e prática, relacionadas com o preparo e emprego das forças envolvidas nas operações ÁGATA e FRONTEIRA SUL, convidando os Órgão de Segurança Pública e Agências da região para participarem como platéia e palestrante, dentro de cada área de atuação de seus participantes.

Durante o debate no grupo focal, um dos especialistas sugeriu a confecção de uma caderneta operacional, que contemplasse os assuntos abordados nas instruções de GLO para que os militares pudessem utilizar como fonte de consulta, sendo um dispositivo de estudo para manutenção do conhecimento. Em debate, foi levantado que sejam revistas as instruções do Programa Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado - Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comum, a fim de verificar a possibilidade de que elementos dos Órgãos de Segurança pública, que atuam em conjunto com o Regimento nas operações interagências na faixa de fronteira, possam ministrar instruções teóricas e práticas relativas ao emprego da tropa nas operações GLO, devido à experiência e melhores práticas executadas pelos OSP por causa da lida diária na função. Verificou-se a necessidade de manter uma SU preparada, adestrada e com conhecimento jurídico de suas ações, dotada pessoal e meios adequados, para emprego imediato em situações onde seja necessário executar missões de GLO na zona de ação do Regimento.

Acerca do processamento das informações colhidas através de questionários, os militares do 14º RC Mec foram indagados sobre suas experiências no tocante a participação na Operação ÁGATA e Operação FRONTEIRA SUL, situação das instruções de CTTEP relativas a fase de GLO dentro do Período de Instrução de Qualificação e suas opiniões sobre o trabalho em conjunto com os órgãos governamentais nas operações supracitadas. Verificamos na tabela abaixo, o resultado obtido:

**TABELA 3 - Avaliação da amostra**

Avaliação	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Experiência no trabalho em conjunto com Órgãos Governamentais em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		30	100%
Militares que já ministraram instruções relacionadas ao emprego da tropa em conjunto com OSP em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		27	90%
Militares que já receberam instruções dos OSP relacionadas ao emprego da tropa em conjunto com OSP em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		15	50%
Militares que acreditam ser satisfatórias as instruções de CTTEP do 14º RC Mec relacionadas ao emprego da tropa em conjunto com OSP em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		13	45%
Militares que acreditam que deve-se realizar intercâmbio de instruções entre FFAA e OSP poderiam agregar conhecimento e possibilitariam melhores condições para tomada de decisões.		28	95%
Militares que consideram satisfatório o trabalho em conjunto com OSP em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		21	70%

Fonte: O autor.

Notadamente, observa-se que os militares entrevistados do Regimento possuem experiência no trabalho com os órgãos governamentais da região do oeste catarinense, dando maior credibilidade para os dados obtidos das demais perguntas do referido questionário. É notório que 90% dos oficiais e sargentos entrevistados já tiveram a oportunidade de passar conhecimentos em instruções, relativas ao trabalho a ser executado nas operações em tela, para integrantes dos OSP. Verifica-se que 50% dos entrevistados tiveram a oportunidade de receber instruções dos OSP para ampliarem seus conhecimentos no trabalho realizado, o que podemos concluir que há uma defasagem na amplitude do conhecimento a todos os oficiais e sargentos do Regimento, podendo interferir parcialmente no poder de decisão destes militares.

Em relação às instruções de CTTEP de GLO, entende-se que mais da metade do público alvo demonstra-se insatisfeito com tais instruções sendo que as maiores reclamações orbitam em volta de que a carga horária é baixa para os inúmeros assuntos que se deve tomar ciência bem como a deficiência de sabedoria sobre aspectos jurídicos da atividade. Sobre o intercâmbio a ser realizado entre Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública a grande maioria (95%) acredita ser eficaz essa troca de experiência para melhorar as condições para a tomada de decisões por parte dos oficiais e praças do Regimento. O último tópico da tabela 3 nos mostra que a maioria (70%) dos entrevistados acredita serem satisfatórios os trabalhos interagências realizados na região do oeste catarinense, demonstrando,

portanto, que tal atividade, uma vez que é missão estabelecida constitucionalmente bem como uma diretriz do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), vem sendo executada pelos militares do 14º RC Mec com sentimento de cumprimento do dever.

Ainda sobre o processamento das informações colhidas através de questionários, os integrantes de Forças Auxiliares, particularmente a Polícia Militar de Santa Catarina e a Polícia Rodoviária Estadual, que trabalharam em conjunto com militares do 14º RC Mec nas operações supracitadas, foram questionados sobre suas experiências no trabalho interagências com militares do 14º RC Mec, obtendo o resultado abaixo especificado:

**TABELA 4 - Avaliação da amostra**

Avaliação	Grupo	Amostra	
		Valor absoluto	Percentual
Experiência no trabalho em conjunto com o 14º RC Mec em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		6	100%
Militares de forças auxiliares que já ministraram instruções para integrantes do 14º RC Mec relacionadas ao emprego da tropa em conjunto com OSP em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		0	0%
Militares de forças auxiliares que já receberam instruções de integrantes do 14º RC Mec relacionadas ao emprego da tropa em conjunto com OSP em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		2	33,33%
Militares de forças auxiliares que acreditam que deve-se realizar intercâmbio de instruções entre FFAA e OSP poderiam agregar conhecimento e possibilitariam melhores condições para tomada de decisões.		6	100%
Militares de forças auxiliares que consideram satisfatório o trabalho em conjunto com o 14º RC Mec em operações na faixa de fronteira do oeste catarinense.		5	83,33%

Fonte: O autor.

Notadamente, a amostra nos revela que 100% dos integrantes de OSP possuem experiência no trabalho executado com militares do Regimento em operações na faixa de fronteira, que 33,33% dos elementos questionados já tiveram a oportunidade de receber instruções para o efetivo do 14º RC Mec relacionadas ao emprego da tropa em conjunto com OSP, porém nenhum deles puderam ministrar instruções aos militares do Regimento. Observou-se, também, que todos os interrogados acreditam que o intercâmbio de instruções entre as forças que realizam as operações ÁGATA e FRONTEIRA SUL podem proporcionar maior conhecimento e melhor preparo para a atividade e 83,33% deste universo considera satisfatório o trabalho realizado com o Exército em operações na faixa de fronteira.

O público alvo com um todo, militares do 14º RC Mec e integrantes dos Órgãos Governamentais incluídos na população desta pesquisa, também foi

questionado também sobre quem deveria ter a responsabilidade de ministrar instruções essenciais para o cumprimento de missões em ambiente interagências na região limítrofe do oeste catarinense. O resultado está apresentado na tabela a seguir:

**TABELA 5** - Avaliação da amostra.

Instruções	Instituições				
	Todos	EB	PMSC	PRE	Polícia Civil
Amparo Legal para emprego da Tropa na faixa de fronteira	42,5%	42,5%	15%	-	-
Amparo Legal para a realização de autuações	15%	15%	30%	30%	-
Regras de Engajamento	-	50%	35%	15%	-
Técnica de utilização de algemas	15%	-	55%	30%	-
Técnica de revista de pessoal e veículos	15%	-	50%	35%	-
APF	15%	-	22,5%	22,5%	40%

Fonte: o autor.

Levando em consideração o resultado supracitado, relacionando-o com o período de instruções para preparação dos militares do 14º RC Mec em operações interagências na faixa de fronteira, podemos concluir que as instruções relacionadas ao “Amparo Legal para emprego da tropa na faixa de fronteira” deveriam ficar a cargo do Exército Brasileiro, apesar de que o público alvo considerou também ser de conhecimento de que todos os envolvidos nesse tipo de operações devem estar aptos a ministrar a instrução supracitada; instruções relacionadas ao “Amparo Legal para a realização de autuações” deveriam ser ministradas pela PMSC ou PRE; instruções relacionadas a “Regras de Engajamento” deveriam ser padronizadas pelo Exército Brasileiro, atendendo colaboração da PMSC quanto a legalidade da utilização do armamento em ambiente urbano; instruções relacionadas a “Técnica de utilização de algemas” ficariam sob responsabilidade da PMSC; instruções relacionadas a “Técnica de revista de pessoal e veículos” seriam de responsabilidade da PMSC em colaboração da PRE e “Auto de Prisão em Flagrante” seria uma instrução ministrada pela Polícia Civil.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, ampliando a compreensão sobre os aspectos positivos e negativos do emprego do 14º RC Mec em conjunto com Órgãos Governamentais e Forças Auxiliares no combate aos crimes transfronteiriços, na divisa Brasil – Argentina do estado de Santa Catarina.

A revisão de literatura possibilitou concluir que a área em estudo é motivo de

conflito desde o final do século XIX, quando se questionavam os limites territoriais entre os dois países, Brasil e Argentina, evoluindo, nos dias atuais, para a ocorrência de crimes na faixa de fronteira decorrentes do contrabando e descaminho. Proporcionou, também, entendimento quanto a política do Plano Estratégico de Fronteiras, com a finalidade de aumentar as operações na faixa de terrestre, a fim de coibir a ocorrência de ilícitos nesta região. Ainda nesse contexto, buscou-se compreender a forma de emprego do Exército e das Forças Auxiliares na Operação ÁGATA e Operação FRONTEIRA SUL.

Dessa forma, entende-se que com a evolução dos conflitos transfronteiriços e a criação de outros órgãos controladores dos crimes na faixa de fronteira, há a necessidade de uma proximidade tanto na troca de informações quanto na troca de experiências no exercício da função. É de conhecimento geral que as Forças Auxiliares e Órgãos Governamentais, que tratam diariamente com esse tipo de problema, possuem conhecimento técnico profissional para atuarem de forma concisa, seguindo os preceitos legais. Tal intercâmbio entre os atores desse Teatro de Operações proporcionaria um nivelamento de conhecimento jurídico e prático na atuação do Exército sobre o emprego de sua tropa em operações de Garantia da Lei e da Ordem, mais precisamente nas operações de Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU).

A compilação dos dados obtidos pelos questionários, permitiu identificar que, dentre as dimensões da consciência situacional, há aspectos positivos e negativos que podemos elencar para provocar uma ratificação de boas práticas e promover oportunidades de melhoria. Quanto aos aspectos positivos, acredita-se que a integração do 14º RC Mec e OSP da região, em operações no combate aos crimes transfronteiriços, é fator preponderante para o sucesso do controle da faixa de fronteira, pois a troca de experiências e informações, culminando em um trabalho em conjunto e coordenado facilita atingir os objetivos traçados para a missão a que foram empenhados. Esse contato aproximado, pelo fato de trabalhar em conjunto desde 2011, data de início do PPIF, proporcionou a ambas as partes obter um “know how” na execução da operação, tornando as tropas, desdobradas no terreno, mais eficientes e eficazes.

Quanto a oportunidades de melhoria, observou-se que, com a complexidade das ações, aumentou-se a exigência de conhecimentos de conceitos, das características e missões das Agências e Órgãos Governamentais nas Operações Interagências, sendo necessário que militares do 14º RC Mec, com



poder decisório de acordo com o seu grau hierárquico, tenham que nivelar conhecimentos jurídicos em relação a legalidade das ações e autuações durante o trabalho realizado, a fim de assessorar oportunamente o Comando da operação nas decisões a serem tomadas de acordo com a evolução dos incidentes encontrados. Pôde-se extrair dos questionários que deveria haver um aumento do efetivo de OSP participante das operações em conjunto com o Regimento na faixa de fronteira, a fim de mobiliar todos os postos móveis de PBCVU, com a finalidade de acompanhar “in loco” as evoluções dos fatos, podendo atuar com oportunidade caso haja evidência de prática criminosa durante as abordagens da tropa do 14º RC Mec.

Recomenda-se que, num primeiro momento, seja verificada a possibilidade de realizar na primeira semana do Período de Instrução de Qualificação, no auditório do 14º RC Mec, um ciclo de instruções teóricas ministradas pela assessoria jurídica do Regimento e elementos dos Órgãos Governamentais sobre conhecimento jurídico para emprego das Forças Armadas em operações na faixa de fronteira e conhecimento teórico sobre as possíveis autuações realizadas em operações de Ação Subsidiária/Garantia da Lei e da Ordem e seus desdobramentos a fim de orientar os comandantes em diversos níveis (GC/Pel/SU) na tomada de decisão durante o trabalho realizado. Em um segundo momento, ainda na mesma semana, verificar a possibilidade de inserir instruções práticas, ministradas por Forças Auxiliares, de emprego da tropa no tocante a revista de pessoal e material a fim de orientar os militares, empregados nas operações em tela, nos procedimentos mais adequados e apropriados para cada situação, aumentando o nível de experiência destes militares. Encerrando esta semana de preparação, 01 (uma) SU realiza a apresentação de ocupação de um Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU), demonstrando as ações da tropa perante aos diversos incidentes possíveis.

Conclui-se, portanto, que é inegável que se obtenha um relacionamento mais estreito entre as Forças Armadas e as Agências, Órgãos Governamentais e Forças Auxiliares na faixa de fronteira Brasil – Argentina, a fim de elevar o nível do conhecimento técnico profissional dos militares do 14º RC Mec, envolvidos nas Ações Subsidiárias ou Operações de Garantia da Lei e da Ordem na sua Área de Operações, elevando a operacionalidade desta Organização Militar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior. Operações em Ambiente Interagências. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior. Força Terrestre Componente. Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas (MD 35-G-01). 4ª ed. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Operações Interagências (MD 33-M-12). 1ª ed. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm)>. Acesso em 16 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp136.htm)>. Acesso em 16 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D85064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm)>. Acesso em 27 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteira. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm)>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇO PDIF/SC DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Santa Catarina, Julho de 2012. GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA Secretaria de Estado do Planejamento Diretoria de Planejamento

[http://www.portaltcn.com.br/index.php?n=front\\_bra\\_arg](http://www.portaltcn.com.br/index.php?n=front_bra_arg). Acesso em: 15 de agosto de 2017)

<http://www.defesa.gov.br/noticias/21690-agata-mais-de-11-mil-militares-e-33-agencias-governamentais-atuam-no-combate-ao-crime-nas-fronteiras>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/11.pdf>

[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16727/DM\\_FABIO\\_22\\_julho\\_entrega\\_final.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16727/DM_FABIO_22_julho_entrega_final.pdf?sequence=1)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra do Senhor NEWTON CLEO BOCHI LUZ, 2012.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Senhor ROBERTO JULLIAN DA SILVA GRAÇA, 2015.

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre apresentado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas do Senhor FABIO FERREIRA DA SILVA, 2016.

<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2016/06/apesar-de-reducao-orcamentaria-forcas-armadas-realizam-operacao-agata-na-fronteira-gaucha-6001211.html>

Relatório da operação ÁGATA 11 fornecido pelo 14º RC Mec

LEA da área de operações do 14º RC Mec

# QUADRO DE TRABALHO SEMANAL

Visto:

<b>5ª DE</b>
<b>14º RC Mec</b>
<b>Rgt Lanceiros do Ponche Verde</b>

<b>CAPACITAÇÃO TÉCNICA E TÁTICA DO EFETIVO PROFISSIONAL</b>
<b>OPERÇÕES TIPO POLÍCIA NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM</b>
<b>14 a 18 de maio de 2018</b>

<b>Fulano de Tal – Cel Cmt do 14º RC Mec</b>
<b>Ano – 2018</b>
<b>Smn - 12</b>

Data	Hora	Tu Instr	Local	Unf	Instrutor	Matéria
14 Maio 2ª feira	07:30 às 08:00	-Departamento da Polícia Federal	Auditório	9º B2	Cmt Rgt	Abertura
	08:00 às 08:45	-Receita Federal do Brasil			S3 do Rgt	- O 14º RC Mec e as Operações na Faixa de Fronteira.
	08:50 às 09:35	-Departamento da Polícia Rodoviária Federal			MPSC	- Crimes na Faixa de Fronteira sob Jurisdição Federal – Enfase às Drogas e Armas.
	09:45 às 10:30	-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA)				
	10:35 às 11:20	-Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina				
	11:20 às 12:00	-Ministério Público de Santa Catarina				
	13:30 às 14:15	-Fiscalização da Fazenda Estadual de Santa Catarina				
	14:20 às 15:05	-Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (CIDASC)				
	15:15 às 16:00	-Força Nacional de Segurança Pública				
16:10 às 16:50	-Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	TODOS	- Debates			
	-Oficiais e Praças do 14º RC Mec					
15 Maio 3ª feira	08:00 às 08:45	-Departamento da Polícia Federal	Auditório	9º B2	Receita Federal do Brasil	- Legislação Aduaneira e procedimentos na apreensão de mercadorias
	08:50 às 09:35	-Receita Federal do Brasil				- Confecção de documentos
	09:45 às 10:30	-Departamento da Polícia Rodoviária Federal			Delegado Titular de São Miguel do Oeste	- O Processo de Apreensão de Pessoas, veículos e materiais.
	10:35 às 11:20	-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA)				
	11:20 às 12:00	-Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina			TODOS	- Debates
	13:30 às 14:15	-Ministério Público de Santa Catarina				
	14:20 às 15:05	-Fiscalização da Fazenda Estadual de Santa Catarina			Departamento da Polícia Federal	- Ilícitos transfronteiriços e conduta com estrangeiros
15:15 às 16:00	-Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (CIDASC)					
	-Força Nacional de Segurança Pública	Militar do Rgt	- O Emprego do Exército Brasileiro a luz da Lei Complementar Nº 097 - O Emprego do Exército Brasileiro a luz da Lei Complementar Nº 117			

16:10 às 16:50

-Fundação Nacional do Índio (FUNAI)  
-Oficiais e Praças do 14º RC Mec

TODOS

- Debates

Data	Hora	Tu Instr	Local	Unf	Instrutor	Matéria
16 Maio 4ª feira	08:00 às 08:45	-Departamento da Polícia Federal	Auditório	9º B2	Assessor Jurídico do Rgt	- Emprego do Exército Brasileiro em Operações na Faixa de Fronteira e na Garantia da Lei e da Ordem. (Visão Jurídica)
	08:50 às 09:35	-Receita Federal do Brasil			Assessor Jurídico do Rgt	- Crimes militares no contexto da aplicação da Lei Complementar Nº 097 e o Exército Brasileiro em Operações da garantia da Lei e da Ordem.
	09:45 às 10:30	-Departamento da Polícia Rodoviária Federal			TODOS	- Debates
	10:35 às 11:20	- Departamento da Polícia Civil			PMSC	- Técnica de utilização de algemas e condução de presos
	11:20 às 12:00	-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA)			PRE	- Procedimentos adotados durante abordagem, entrevista e revista de veículos e pessoas.
	13:30 as 14:15	-Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina				
	14:20 às 15:05	-Ministério Público de Santa Catarina				
	15:15 às 16:00	-Fiscalização da Fazenda Estadual de Santa Catarina				
16:10 às 16:50	-Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (CIDASC)					
	-Força Nacional de Segurança Pública					
	-Fundação Nacional do Índio (FUNAI)					
	-Oficiais e Praças do 14º RC Mec					
17 Maio 5ª feira	08:00 às 08:45	-Departamento da Polícia Federal	Auditório	9º B2	Militar do Rgt	- Regras de Engajamento
	08:50 às 09:35	-Receita Federal do Brasil	Pátio de Formatura		1º Esqd C Mec	- Demonstração de um PBCE
	09:45 às 10:30	-Departamento da Polícia Rodoviária Federal	Auditório		Cmt Rgt	- Encerramento e entrega de diplomas
	10:35 às 11:20	- Departamento da Polícia Civil			Todos	- Coquetel de Confraternização
	11:20 às 12:00	-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA)	Rancho dos ST/Sgt			
A partir de 12:00	-Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina					
	-Ministério Público de Santa Catarina					
	-Fiscalização da Fazenda Estadual de Santa Catarina					
	-Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (CIDASC)					
	-Força Nacional de Segurança Pública					
	-Fundação Nacional do Índio (FUNAI)					
	-Oficiais e Praças do 14º RC Mec					
18 Maio 6ª feira	-	-	-	-	-	-

**Legenda:**

Quartel em São Miguel do Oeste-SC, 7 de maio de 2018.

Visto: \_\_\_\_\_  
Ciclano de Tal – Cap

---

**FULANO DE TAL – Cel**  
Comandante do 14º RC Mec

# SOLUÇÃO PRÁTICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2017

Título do Trabalho: EMPREGO DO 14º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NAS OPERAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA E SEU INTERCÂMBIO COM OUTRAS AGÊNCIAS

Autor: Cap Cav RAPHAEL PEREIRA **MIRANDA**

Ano: 2017

Proposta de Quadro de Trabalho Semanal (QTS) com atividades que integrassem militares do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado com integrantes dos Órgãos de Segurança Pública e Agências da região do oeste catarinense, no auditório e áreas de instrução do Regimento, valendo-se de instruções teóricas e práticas, relacionadas com o preparo e emprego das forças envolvidas nas operações ÁGATA e FRONTEIRA SUL. Tal proposta visa convidar os Órgãos Governamentais da região para participarem como platéia e palestrante, instrutor e instruendo, dentro de cada área de atuação de seus participantes, tudo com, a finalidade de aumentar a operacionalidade bem como exponenciar a capacidade operativa dos militares do 14º RC Mec.

Obs: 02 folhas em anexo